

A importância geopolítica de São Salvador da Bahia no contexto Sul Atlântico (1624-1640)

Fernando Luiz Velasco Gomes*

Depois que el-rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas e outras qualidades que tinha para ser povoada, e justamente estar no meio das outras capitâneas, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas socorressem e fossem governadas. (Frei Vicente do Salvador, História do Brasil, 1627, III, 1)

Introdução

Antes da ocupação de Salvador em 1624, a posse da nova terra, a costa da Terra de Santa Cruz, foi alvo de uma ação estratégica do Reino português na sua intenção de estabelecer projeção de poder no Atlântico Sul, espaço oceânico, que, dominado pelas margens opostas, a costa ocidental africana e a costa brasileira, proporcionaria a Portugal tornar possível a sua intenção de ter liberdade de ação na rota da ‘Carreira das Índias’, importante via na economia do mundo mercantilista em voga à época.

Embora o comércio do Oriente fosse o interesse maior português no início do século XVI, a costa do Brasil teria que ser guardada, pois a ocorrência do pau-brasil, que deu o nome à terra, despertava interesses de comerciantes, traficantes e de outras monarquias europeias, inviabilizando aos portugueses a liberdade de ação na rota da ‘Carreira das Índias’.

Em vista disso, este artigo tem por finalidade analisar o protagonismo da cidade de São Salvador da Bahia, como cabeça do Estado do Brasil, na sustentação das ações militares, navais e terrestres, por ocasião da campanha contra a Companhia das Índias Ocidentais (Western Indian Company – WIC) e contra a Repúbli-

ca das Províncias Unidas dos Países Baixos, no período em que Portugal esteve agregado à monarquia composta de Castela (1580-1640).

Cumprido salientar que este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso elaborado no curso de pós-graduação em História Militar Brasileira, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2017.

Cabeça do Estado do Brasil – ‘Como coração no meio do corpo’

A partir dos primeiros anos do século XVI, o Reino de Portugal entendeu que nem o pretensão direito sobre as terras do Brasil, baseado no aval do papa (Bula Inter Coetera, 1493, e outros tratados), nem os procedimentos até então estabelecidos, de enviar expedições guarda-costas pontuais, seriam suficientes para neutralizar ou atenuar as investidas de franceses, que, cada vez mais, aportavam em terras americanas. Em vista dos grandes lucros auferidos com o comércio do Oriente, Portugal tinha pouco interesse pelo Brasil, a não ser aqueles portugueses que estavam interessados no comércio e contrabando de madeiras.

A expansão terrestre, marítima e comercial portuguesa no final da Idade Média e início da Idade Moderna, ao incorporar novos espaços, gerou desdobramentos na administração do reino e do ultramar, no comércio, na sociedade e nas funções militares. Esse movimento expansionista, dentro e fora da Europa, desenvolveu dinâmicas novas com implicações jurisdicionais e políticas, que foram decorrentes do alargamento do horizonte geográfico português.

* Cel Art (AMAN/1985, EsAO/1993, ECEME/2005, CPEAEx/2011). Pós-graduado em História Militar Brasileira pela UNIRIO/2017. Atualmente, é instrutor da ECEME.

Portugal, portanto, que já havia desenvolvido um perfil centralizador em seu processo histórico político, diante da extensão da colônia brasileira e do seu vasto império global no ultramar, viu-se obrigado a criar instâncias de poder ainda mais centralizadoras, como, por exemplo, o Governo-Geral do Estado do Brasil em 1549. Antes disso, porém, já haviam sido criadas estruturas de colonização já experimentadas nas ilhas do Atlântico, as capitanias hereditárias, congregando pretendentes que não figuravam entre a grande nobreza ou no alto comércio do reino.

Grandes recursos foram investidos nessa ação dos donatários. Esses colonizadores, que não dispunham de grandes fortunas, comumente tinham que recorrer a empréstimos de terceiros para a empresa colonizadora, notadamente voltados para o negócio da cana-de-açúcar. Fato é que esses terceiros eram, em sua minoria, banqueiros judeus, muitos deles com fortes ligações com as Províncias Unidas dos Países Baixos. A possibilidade de uma atividade econômica, que pudesse ser lucrativa e sustentar o estabelecimento de uma colonização efetiva, era o cultivo da cana-de-açúcar, que viria a ser chamado, por Evaldo Cabral de Mello, “o Negócio do Brasil”, atividade essa já conhecida dos portugueses nas ilhas atlânticas da Madeira e Cabo Verde, mas que dependeu muito de investimentos oriundos dos Países Baixos, potencializados pela WIC, criada em 1621 (MELLO, 2008).

A Bahia e Pernambuco seriam, portanto, alvos de interesse no negócio do açúcar a ser estabelecido no Brasil, pois, até meados do século XVII, a Colônia Brasileira iria se tornar a maior produtora mundial de cana-de-açúcar e, a partir daí, começariam a surgir concorrentes importantes, como as colônias da América Central e Antilhas. Não por acaso, Bahia e Pernambuco se tornaram, a partir da introdução da cultura canavieira, centros importantes da colônia brasileira, dando início a importantes polos de colonização (PRADO JÚNIOR, 2012).

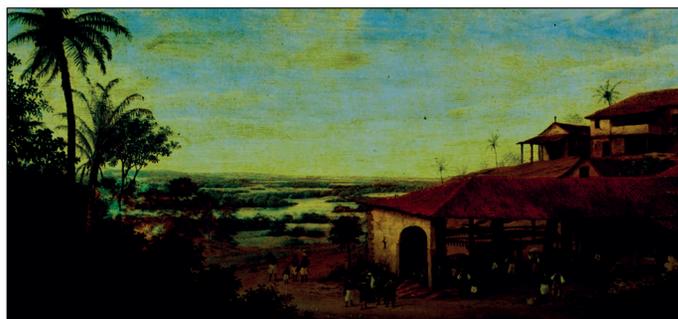


Figura 1 – Engenho de açúcar em Pernambuco
Fonte: Prado Júnior, 2012

Assim sendo, o Recôncavo Baiano, no entorno da baía de Todos os Santos, vai aos poucos consolidando a visão estratégica portuguesa de um ponto intermediário da costa do Brasil, que contribuiria para a consolidação da presença lusitana no Atlântico Sul, confrontando com a costa ocidental africana, região de apoio à “Carreira das Índias” e estando no meio do caminho das entradas das bacias do Amazonas e do Prata, acesso ao interior do continente. Tal região se constituiu em valor inestimável para Portugal poder estabelecer a Nova Lusitânia ou para qualquer outra nação que cobiçasse o Brasil ou tivesse interesses na porção sul do Atlântico.

O valor estratégico da posição do Estado do Brasil em relação à ocorrência das minas de metais preciosos, notadamente de Potosí, no interior do continente, também mereceu atenção da Coroa de Portugal, alocando em um ponto importante da costa do Brasil a sede do governo-geral na baía de Todos os Santos. Quando a Coroa portuguesa optou pelo estabelecimento de um governo-geral em sua colônia na América – o Brasil –, foi visualizado pelo Reino lusitano a otimização do sistema de capitanias hereditárias, com destaque para o sucesso alcançado por Pernambuco e São Vicente.

O rei português escolheu para a cabeça do governo-geral, uma donataria que não havia logrado sucesso como o obtido em São Vicente e Pernambuco, mas que abrigava um número considerável de engenhos de açúcar (Bahia de Todos

os Santos). D. João III vislumbrou a posição estratégica de Salvador como de extrema importância em relação a todos os seus domínios no continente americano e até mesmo em relação ao Sul Atlântico.

No Regimento de Tomé de Souza (1548), alusão se fez às prerrogativas e responsabilidades que o governador-geral teria, a partir de então, dando um viés centralizador às liberdades iniciais concedidas pela Coroa aos donatários, demonstrando que a escolha de Salvador, localizada estrategicamente na costa do Brasil, conduziria a administração da colônia nos campos da justiça, finanças e defesa, de forma mais coerente com a realidade política europeia da época.

A importância estratégica de Salvador está ancorada no fato de a cidade estar situada no meio caminho da foz da bacia Amazônica e da bacia Platina, acessos importantes ao interior do continente, em especial à bacia Platina, local de onde demandavam parte do ouro e da prata dos povos pré-colombianos, explorados pela Espanha. Além disso, Salvador tinha uma baía capaz de abrigar um número considerável de embarcações, estava próxima a uma região propícia ao cultivo da cana-de-açúcar (Recôncavo), além de ser confrontante à costa da África Ocidental, futura fonte de mão de obra escrava, que moveria a cultura canavieira e outras em terras brasileiras, além de ser ponto de parada para as frotas que, da própria África e do Oriente, viabilizavam o comércio ultramarino português.

Em seu processo de formação e evolução, Portugal sempre teve sua história entrelaçada com a de Castela, mesmo que, a todo o momento, forças centrífugas o arremessassem para longe dos desejos de Madri, muito embora outras forças centrípetas arrastassem o Reino lusitano para próximo dos interesses castelhanos desde o medievo, na Reconquista e na Conquista Ultramarina.

Considerações, portanto, devem ser feitas a respeito da situação vivida por Portugal por ocasião da União Ibérica (1580-1640), quando o Reino lusitano fez parte de uma monarquia compósita, sofrendo influências do modo de administração espanhol, notadamente no que se refere à estrutura criada no governo-geral (MAGALHÃES, 2010). Nesse viés, é possível identificar, na colônia brasileira, como conflitos e negociações

foram conduzidos acerca das influências desse modo de governar castelhano, introduzindo procedimentos distintos do agir lusitano nos seus negócios no ultramar (MELLO, 2007).

As instituições portuguesas seriam mantidas de acordo com as Cortes de Tomar (1581), mas necessidades que foram surgindo ocasionaram alterações na maneira de funcionar e na organização dos órgãos e instâncias de poder em Portugal e em seus domínios no ultramar, cedendo lugar a um modelo de governo cada vez mais influenciado por Castela. O modelo espanhol de governo foi aos poucos se imiscuindo no modo lusitano de administração, conforme descrito a seguir:

O chamado modelo castelhano foi procurando se impor. Em alguns espaços, práticas e estruturas, ele teve êxito e, inclusive, permaneceu após 1640. Como exemplos, temos a publicação do regimento do Desembargo do Paço em 1582, o da Casa de Suplicação (1605), a criação da Relação do Porto (1582) e a criação do Conselho da Fazenda (1591), além das Ordenações, aprovadas em 1603. Em outros, esse modelo ocasionou conflitos e resistências, como as medidas relativas à imposição de uma moderna estrutura financeira e ao fisco, origem de muitas manifestações de descontentamentos e revolta. (FERLINI, 2010, p. 22)

Além disso, a União Ibérica remeteu Portugal e seus domínios às dinâmicas da política internacional em voga na Europa entre o final do século XVI e início do século XVII, na qual estava envolvida a Espanha:

Portugal foi inserido num complexo jogo político internacional que tinha a Espanha como grande protagonista da Europa, herdando adversários e concorrentes da monarquia espanhola, que, mesmo após a Restauração de 1640, permaneceram como oponentes da monarquia bragançina. (JOHNSON, 2012, p. 54)

Isso posto, as Províncias Unidas dos Países Baixos, operacionalizada pela WIC, passaram a vislumbrar arrebatar de Portugal e Espanha o controle da produção açucareira do Nordeste brasileiro, na qual havia vultosos investimentos de holandeses. Não pelo acaso, a WIC realizou duas campanhas militares para atingir

esse objetivo: a primeira ocorreu na Bahia, em 1624, e a segunda ocorreu em Pernambuco, em 1630.

Entretanto, além do controle do negócio do açúcar, interesses geopolíticos moveram as ações dos holandeses em relação ao Brasil, que se confrontavam com as visões estratégicas, tanto de Castela, como de Portugal, quais sejam: o domínio do Atlântico Sul e seu entorno, envolvendo a costa ocidental africana; o controle da rota da 'Carreira das Índias' e do Caribe; e o acesso ao interior da América do Sul, elegendo São Salvador da Bahia como objetivo estratégico e centro de gravidade da campanha militar a ser empreendida.

Diante disso, fica clara a proeminência de Salvador como ponto estratégico no contexto da União Ibérica, instigando sempre o interesse batavo para a conquista e manutenção dessa praça-forte.

São Salvador da Bahia de Todos os Santos – objetivo inicial holandês (1624)

Após a investida holandesa em Pernambuco, Lisboa e Madri se empenharam na constituição de uma armada de grande porte para reaver a cabeça do Estado do Brasil, denotando a importância estratégica dessa praça no contexto Sul Atlântico, no início do século XVII, para a monarquia ibérica.



Figura 2 – Invasão holandesa a Salvador em 1624
Fonte: César, 2003

No que se refere à Campanha de Pernambuco, iniciada em 1630, havia uma indecisão sobre em que local ocorreria a nova invasão – se na Bahia ou em Pernambuco –, dúvida que descortina a importância ainda latente de Salvador. Na sequência da Campanha de Per-

nambuco, no contexto do impasse militar entre 1630 e 1632, é digna de nota a Batalha Naval de Abrolhos, ocorrida em 1631, empreendida por considerável esquadra que demandou de Salvador em apoio à resistência (PUNTONI, 2013).

Após o rompimento do impasse (1632-1634), a ofensiva final dos batavos e o êxodo pernambucano (1635-1636), ficou claro como a cabeça do Estado do Brasil detinha sua importância ao acolher Matias de Albuquerque e sua gente.

No ano de 1637, pode-se divisar a importância da empresa holandesa ao se instituir um governo-geral no Brasil holandês na pessoa de Maurício de Nassau, importante figura das Províncias Unidas, enfeixando o poder político e militar na ocupação do Nordeste açucareiro, que, desde sua chegada, foi vislumbrada a ocupação de Salvador como praça a ser conquistada, que garantiria o estabelecimento de uma colônia batava no Saliente Nordestino, com uma área de influência sobre o Atlântico Sul, a costa ocidental africana, o Rio de Janeiro e a foz do rio da Prata.

Para tanto, em 1638, Nassau investiu sobre a cabeça do Estado do Brasil, identificando a praça-forte de Salvador, confirmando-a como centro de gravidade e objetivo estratégico a ser conquistado pelos holandeses, o que não veio a ocorrer, limitando a expansão batava ao norte da foz do rio São Francisco.

Além desse episódio, também merece destaque a ação da armada do Conde da Torre (1639-1640), que, demandando de Salvador, estabeleceu objetivos de desembarque de tropas de apoio à resistência no Brasil holandês, no cabo de Santo Agostinho, demonstrando a capacidade de Salvador em dar suporte à guerra aos holandeses, tendo, nesse caso, sofrido reveses que impuseram o desembarque dessa força na baía de Touros, onde demandou a Salvador para ser acolhida, episódio conhecido como a Marcha de Barbalho.

Não se pode deixar de tocar novamente nas características da gestão do Estado do Brasil em relação à guerra aos holandeses, sem considerar as influências da administração castelhana durante a União Ibérica, quando foram criadas estruturas administrativas novas e aumentada a capacidade fiscal, como fator importante que deu ao governo-geral as condições mínimas

para sustentar as ações militares terrestres e navais de vulto, que, em boa parte, demandavam de Salvador em apoio às ações do exército da resistência no Brasil holandês, isolando os batavos nas praças-fortes. Na Campanha da Bahia, constatou-se não só a importância de Salvador como capital do governo-geral, mas também a relevância das ações do 1º Bispado do Brasil (VARNHAGEN, 2002).

Em consonância com Raimundo Faoro, a importância de Salvador cresceu ainda mais após a decisão do rei D. João III de se criar no Brasil o governo-geral, como preocupação do Reino frente a uma possível ineficiência da defesa contra o índio e o estrangeiro, vindo da crescente autonomia dos donatários e colonos, pois não havia uma unidade administrativa até então. Em suma, depois de 15 anos da criação das capitâncias hereditárias em 1534, a América portuguesa sofreu uma drástica correção de rumo com a criação do governo-geral em 1548.

Com a criação do governo-geral, mesmo que o governo ainda dependesse do apoio dos donatários e dos colonos para a defesa da colônia, uma estrutura de defesa havia sido criada, mesmo que incipiente. Mesmo assim, essa estrutura influenciou muito na maneira de condução da guerra, mesmo nos períodos posteriores à União Ibérica, conforme descrito a seguir:

A estrutura estava lançada, por três séculos: as fortalezas, guarnecidas de soldados profissionais, e as tropas territoriais, as companhias de ordenança, mais tarde confundidas com e, afinal, discriminadas das milícias. As duas vertentes da força armada têm aí seu ponto de institucionalização. (FAORO, 1997, p. 190)

A relevância dada pelo governo-geral a sua sede suscitou nos holandeses o estabelecimento de Salvador como objetivo estratégico a ser conquistado e mantido para concretizar seus interesses em relação ao “Reino do Brasil”, desenhando sua estratégia ofensiva no Atlântico Sul. Tanto os dirigentes das Províncias Unidas dos Países Baixos, como os diretores da WIC, visualizaram a capital do Estado do Brasil como centro de gravidade e objetivo estratégico da campanha militar, que se estendeu da Europa ao Atlântico Sul, em suas margens opostas, a América portuguesa, produtora de

açúcar, e a costa d’África, fornecedora de mão de obra escrava.

Conquistando Salvador, os holandeses dominariam uma importante região estratégica, o Nordeste brasileiro, que era produtora de açúcar e também um saliente projetante sobre o Atlântico Sul, que possibilitava o controle da costa ocidental africana, que, dentre outros produtos de grande interesse para a WIC, tinha o ouro, marfim e fornecia mão de obra escrava africana, insumo basilar da cultura canavieira desenvolvida no Estado do Brasil:

Do ponto de vista espanhol, com a ocupação de Salvador pelas forças da WIC, perdia-se a capital do Estado do Brasil, de onde se articulavam os esforços de conquista e colonização naquela margem do Atlântico. As rotas do açúcar e do tráfico africano, naturalmente, estariam sob grave ameaça. Além disso, da baía de Todos os Santos, o inimigo ainda teria condições de estabelecer uma base para corsários e organizar ataques ao nervo principal do Império, a prata – o que, de fato, aparecia nos planos e nas atividades da companhia neerlandesa. (LENK, 2013, p. 212-213)

Diante do exposto, pode-se inferir que a intenção batava para a conquista da cabeça do Estado do Brasil era imprescindível à consecução de seus objetivos estratégicos, tornando a cidade de Salvador o centro de gravidade da campanha militar iniciada em 1624. Isso posto, a Holanda deslocou o seu conflito com a Espanha do cenário europeu para o teatro do Atlântico Sul. Esse deslocamento descortinou a necessidade de manter o Reino do Brasil e sua sede, a fim de que se pudesse garantir a incolumidade das colônias ibéricas. A escolha de Salvador era, portanto, imperiosa para o intento holandês em dominar o Sul Atlântico, transformando Salvador em ponto de interesse estratégico a ser alcançado.

Dessa forma, o governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado, empreendeu ações para a defesa da capital do Estado do Brasil. Tais ações não obtiveram o sucesso esperado, pelo que veio a causar descrédito junto aos colonos.

Como exemplo, percebe-se que a ação de padres e ordens religiosas no combate não só denotou o viés religioso, do católico contra o protestante, mas também

suscitou o enfoque da ligação do clero com a ordem colonial, notadamente da instância do poder central pela ligação do Reino com a Santa Sé, na figura do Bispado de Salvador:

Restou-lhes apenas reunir forças que podem ameaçar de punição aqueles que fugissem ou retirassem seus bens da cidade e permanecer fiel às suas convicções de defender as possessões da Monarquia Ibérica até o fim. Nesse momento, o bispo D. Marcos parece ter percebido o engano que cometera e passou a ‘exortar’ a população para que se empenhasse em defender a cidade e pelear até a morte por sua fé e rei. Os padres das diversas ordens que existiam em Salvador saíram pelas ruas a encomendar as almas dos corpos que partiam para as batalhas. (HOLANDA, 1995, p. 12)

Com o fracasso das ações junto ao governador-geral e vendo D. Marcos que sua querela com ele não teria mais lugar, passou o clérigo a exortar a resistência, notadamente no entorno da capital e no Recôncavo Baiano, amealhando apoio dos grandes proprietários de terra e de colonos menores, valendo-se de sua figura proeminente. Sem o suporte do governo-geral e sem nenhum apoio imediato do Reino, a missão de expulsar os holandeses recaiu sobre os colonos, sendo inaugurada a ‘guerra do mato’, a ‘guerra volante’, a ‘guerra brasílica’, que até 1654 iria acossar o batavo, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, mas não sem o apoio recorrente do governo-geral e do Reino.

Nessa resistência brasílica, dois aspectos merecem destaque: 1) a importância da guerra de escaramuças, herdada do indígena, e 2) a defesa dos núcleos de colonização na hinterlândia açucareira, nas sesmarias, vilas e engenhos, conforme descrito a seguir:

Diariamente, os holandeses eram vítimas de escaramuças nos arredores da cidade. Van Dorth ocupava-se em perseguir os grupos de emboscadas e assegurar-se das imediações. Além disso, os flamengos trabalhavam constantemente nas fortificações, construindo trincheiras, baluartes, hornaveques, meias-luas e revelins. Não obstante, o estratagema dos colonos parecia surtir efeito. Anos depois, um certo Manuel Gonçalves, nascido na colônia, gabar-se-ia de ser o primeiro inventor dos assaltos e emboscadas que se fizeram pelos caminhos e estradas aos que saíam dela (a cidade) no distrito de Itapagipe, a das partes do Carmo, com que

se fez muito dano aos inimigos e os obrigaram a não sair da cidade. Os colonos organizaram-se a partir de um Arraial do Rio Vermelho, onde D. Marcos Teixeira e seu séquito haviam se instalado. A aposta estava em isolar o holandês na cidade e aguardar pelo reforço de Lisboa ou Madrid. (LENK, 2013, p.44)

À chegada da notícia da ocupação da capital do Estado do Brasil, pelos holandeses, em Madri e em Lisboa, a Coroa Ibérica, de pronto, mobilizou-se para restaurar Salvador (MESGRAVIS, 2005). Essa disposição de formar uma poderosa frota para restaurar a cabeça da colônia brasílica demonstrou a importância de Salvador para Castela, que, pressionada pela nobreza portuguesa, exigiu uma ação eficaz contra as Províncias Unidas e a WIC. Foi uma mobilização naval e militar sem precedentes, destinada ao teatro de operações colonial, como extensão dos conflitos europeus espalhados para o contexto Sul Atlântico:

A 27 de março de 1625, porém, foi a armada reunida de Portugal e Castela que amanheceu à vista de Salvador. Era, de fato, uma força extraordinária; a maior a cruzar o equinócio até então. A Jornada dos Vassalos (como ficou conhecida, em apelo à fidalguia participante) contava com 56 vasos de guerra, 1.185 peças de artilharia e 12.463 homens de Castela, Portugal e Nápoles. O comando cabia a D. Fradique de Toledo y Osório, capitão da armada espanhola em diferentes embates contra a marinha neerlandesa, e “a liderança militar mais capaz de toda a Espanha”. (LENK, 2010, p. 49)

Após a reconquista de Salvador por D. Fradique de Toledo Osório em 1625, decidiu-se o estabelecido na “disposición nueva de las cosas del Brasil”, como forma de organizar a defesa contra uma nova incursão batava:

A “cabeça do Estado” na América portuguesa tinha defesas naturais, mas carecia de uma guarnição fixa, o que era chamado de “presídio”, com um efetivo de militares regulares que mantivesse uma defesa razoável”. (LENK, 2013, p. 53)

Segundo Daróz (2016), foram empreendidos melhoramentos no sistema defensivo, com a utilização de materiais e armamentos abandonados pelos holandeses, em especial as peças de artilharia. Era natural que se consolidassem os meios de manter uma força numerosa para a sua defesa. Opinou-se também que ficasse para a defesa da Bahia uma tropa de 1.200 homens ou até 2.000 homens, conforme descrito a seguir:

O Marquês de Cropani também opinou por uma guarnição de 2.000 homens, todos ibéricos, por ser aquela terra mais a propósito para somente estes. A opção de D. Fradique foi por um presidio de mil portugueses, em 10 companhias, a serem “governados” pelo sargento-mor Pedro Correia da Gama. (LENK, 2013, p. 54)

As medidas tomadas para o reforço da defesa atestaram ainda mais a importância estratégica de Salvador:

Nos primeiros dias de 1626, chegou a Salvador o novo governador-geral do Brasil, D. Diogo Luiz de Oliveira, depois de uma escala em Pernambuco, onde Matias de Albuquerque lhe transmitiu o cargo. O administrador tratou de aperfeiçoar as defesas da cidade, levantando novas trincheiras e baterias, mas dispunha de pouquíssimos navios de guerra em condições de repelir outra invasão. (DARÓZ, 2016, p. 158)

O anteriormente exposto demonstra a constante necessidade de os colonos recorrerem a uma instância superior, tanto na Bahia como no próprio Reino, a fim de manter a defesa da região, postura que atesta o empenho dos senhores da terra e do próprio governo-geral na defesa da colônia brasileira.

O período compreendido entre 1625 e 1629 se caracteriza por ser uma corrida contra o tempo ao iminente retorno dos holandeses à costa brasileira, com improvisações e arremedos de defesa, procedimento muito peculiar que caracterizou o pensamento militar brasileiro da época no que se refere às ameaças externas, mesmo com as notícias recorrentes do preparo da frota batava nos portos europeus:

No entanto o crescimento da guarnição era uma necessidade imposta pela guerra, e a Coroa nem sequer cogitava que a defesa da colônia pudesse ser confiada

a sua própria força, organizada em companhias de ordenança. Sobretudo quando, já em 1626, chegavam notícias a Lisboa (e, por meio de carta régia, à Bahia) de que, na Inglaterra e na Holanda, a WIC preparava uma nova frota, e toda a costa portuguesa na América precisava manter-se alerta. (LENK, 2010, p. 55)

A praça de São Salvador – centro de gravidade e objetivo estratégico

Pelo exposto, percebe-se a inegável importância de Salvador como sendo a cabeça do Estado do Brasil e sede do governo-geral. O controle da cidade permitiria a criação do próprio governo-geral e garantiria ao Reino português o controle da colonização na forma de donatárias, numa tentativa de centralizar o poder na colônia (coração no meio do corpo). Salvador, como capital da América portuguesa e sede e cabeça do Estado do Brasil, mesmo durante a União Ibérica, teria as condições de articular a defesa e facilitar o controle do comércio de açúcar.

Em vista disso, é importante ressaltar a visão estratégica portuguesa de se colocar a sede do governo-geral em um ponto estratégico no Atlântico Sul, confrontante com a costa ocidental africana, a cavaleiro da ‘Carreira das Índias’ e a meio caminho do Oriente, bem como equidistante das fozes do rio Amazonas e bacia da Prata, locais que permitem acesso ao interior do subcontinente sul-americano. No entendimento de Evaldo Cabral de Mello, a perda do Nordeste brasileiro para os holandeses afetaria a unidade territorial do Brasil e também a estatura geopolítica marítima e continental do país.

Ademais disso, é importante destacar o papel desempenhado por São Salvador na Guerra aos Holandeses (1624-1654), momento em que pôde dar a sustentação necessária às ações militares terrestres e navais no combate aos batavos ocupantes do Nordeste brasileiro, constituindo-se, dessa forma, em centro de gravidade e objetivo estratégico a ser conquistado e mantido pelas partes envolvidas nesse conflito.

Assim sendo, as Províncias Unidas e a WIC planejaram a ocupação de Salvador, em 1624 e em 1638, por ser um importante ponto estratégico da costa do

Brasil, localizado entre a foz da bacia Amazônica e a bacia do Prata, próximo ao Saliente Nordestino, projetado sobre o Atlântico Sul, região abundante em ventos dominantes e correntes marítimas que conduzem à Europa, à costa africana e às Índias, aspectos que levaram o governo batavo a selecionar a sede do governo-geral como objetivo estratégico e centro de gravidade de sua empreitada, a ocupação do Reino do Brasil (LENK, 2013).

Outrossim, pode-se inferir ainda que a construção histórica da percepção de que o Atlântico Sul faz parte do entorno estratégico brasileiro encontra seus fundamentos nos conflitos entre holandeses, portugueses e espanhóis nesse espaço oceânico, fruto dos interesses mercantilistas do negócio do açúcar, tráfico de escravos, “Carreira da Índias” e posicionamento estratégico de instâncias de poder, materializado pela sede do governo-geral do Estado do Brasil em São Salvador da Bahia.

Assim, a instituição do governo-geral do Estado do Brasil com sede em São Salvador da Bahia de Todos os Santos (1548-1549) consolidou a visão estratégica portuguesa de se assenhorar de vez das terras brasileiras. A praça de Salvador se tornou ponto estratégico de significativa importância para os empreendimentos portugueses futuros, sendo digna de nota a aclamação, feita pelo governo-geral da Bahia, de D. João IV como rei português no Processo da Restauração Portuguesa em 1640.

Considerações finais

Na fase final, este artigo retoma a parte introdutória e relembra o objetivo para o qual foi proposto: o de analisar o protagonismo de São Salvador em uma importante fase histórica de nosso país. Para tanto, este texto revisitou a história e destacou, ao longo do tempo, relevantes trechos que evidenciaram a importância política e estratégica da região de São Salvador para os brasileiros e para o reino que governava o Brasil àquela época.

A sua localização privilegiada, entre as duas fozes mais importantes do continente sul-americano (bacia do Prata e bacia Amazônica), proximidade com o continente africano e com o Saliente Nordestino, além de possuir questões naturais que favoreciam e muito a navegação naquela época (correntes marítimas predominantes que direcionavam à Europa e à África e ventos dominantes que facilitavam essa navegação), fizeram de São Salvador o centro de gravidade e, por consequência, objetivo estratégico a ser alcançado e mantido por portugueses, espanhóis, brasileiros e até holandeses.

Por fim, pode-se concluir sobre a importância geopolítica de São Salvador da Bahia, como cabeça do Estado do Brasil no contexto Sul Atlântico na Guerra aos Holandeses (1624-1654) – A Guerra dos Trinta Anos do Brasil. 



Figura 3 – D. João IV em São Salvador
Fonte: Castro *et al.*, 2004

Referências

- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CÉSAR, William Carmo. **Uma História das Guerras Navais: o desenvolvimento tecnológico das belonaves e o emprego do Poder Naval ao longo dos tempos**. Rio de Janeiro: FEMAR, 2003.
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. **A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1997.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOHNSON, Robert. **Para ganhar a guerra: as 25 melhores táticas de todos os tempos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- LENK, Wolfgang. **Problemas do Poder Naval português na guerra contra os holandeses**. Navigator, Vol. 6, nº 11, p. 85-101, 2010.
- LENK, Wolfgang. **Guerra e Pacto Colonial: A Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654)**. São Paulo: Alameda, 2013.
- MAGALHÃES, João Batista. **A compreensão da unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008.
- MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PEREIRA, José Gerardo Barbosa. **A Restauração de Portugal e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: Poder e Política na Bahia Colonial 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.